

Sumário

CAPÍTULO 1 ► LEIS PENAIS ESPECIAIS MAIS COBRADAS EM CONCURSOS PÚBLICOS.....	39
CAPÍTULO 2 ► PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES DE CRIMES	41
CAPÍTULO 3 ► ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 13.869/2019	45
1. Introdução	45
2. Bens jurídicos tutelados	46
3. Elemento subjetivo	46
4. Proibição do crime de hermenêutica	48
5. Sujeitos do crime.....	49
5.1. Sujeito ativo	49
5.1.1. Particular como sujeito ativo (extraneus).....	51
5.2. Sujeito passivo.....	51
6. Competência para processo e julgamento	52
7. Ação Penal	53
7.1. Ação Penal Pública Incondicionada	54
7.2. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	55
8. Efeitos da condenação	55
8.1. Obrigação de reparar o dano causado pelo crime	56
8.2. Inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública	56
8.3. Perda do cargo, mandato ou função pública	57
9. Penas restritivas de direito.....	58
10. Sanções de natureza Civil e Administrativa.....	59
11. Crimes em espécie	62
11.1. Decretação ou manutenção de medida privativa de liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais (art. 9º).....	62
11.2. Decretação de condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo (art. 10)	65
11.3. Omissão quanto à comunicação da prisão à autoridade judiciária no prazo legal (art. 12).....	66

11.4.	Constrangimento de preso ou de detento (art. 13)	68
11.5.	Constrangimento a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo (art. 15)	71
11.6.	Violência institucional (art. 15-A)	72
11.7.	Omissão de identificação ou falsa identificação ao preso (art. 16)	75
11.8.	Submissão de preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno (art. 18)	77
11.9.	Impedimento ou retardamento do envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente (art. 19)	78
11.10.	Impedimento, sem justa causa, da entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado (art. 20)	79
11.11.	Manutenção de presos de ambos os sexos, ou de menores com maiores, na mesma cela ou espaço de confinamento (art. 21)	81
11.12.	Violação de domicílio sem amparo legal (art. 22)	82
11.13.	Fraude processual no contexto de abuso de autoridade (art. 23) ...	85
11.14.	Constrangimento de funcionário ou empregado de instituição hospitalar pública ou privada a admitir pessoa morta para tratamento (art. 24)	86
11.15.	Obtenção ou manejo de prova manifestamente ilícita (art. 25)	87
11.16.	Requisição ou instauração de procedimento investigatório sem quaisquer indícios (art. 27)	88
11.17.	Divulgação de gravação sem relação com a prova que se pretende produzir, expondo a intimidade ou a vida privada do investigado ou acusado (art. 28)	90
11.18.	Falsa informação sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo (art. 29)	91
11.19.	Deflagração de persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente (art. 30)	92
11.20.	Procrastinação injustificada de investigação em prejuízo do investigado (art. 31)	93
11.21.	Negativa de acesso aos autos de procedimento investigatório e de extração de cópias de documentos (art. 32)	94
11.22.	Exigência de informação ou do cumprimento de obrigação sem expresse amparo legal (art. 33)	96
11.23.	Decretação da indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapola exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida e subsequente negativa de correção do excesso (art. 36)	97
11.24.	Demora demasiada e injustificada no exame de processo de que tenha requerido vista em órgão colegiado (art. 37)	98

11.25. Antecipação de atribuição de culpa por meio de comunicação antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação (art. 38)....	99
12. Procedimento	100

CAPÍTULO 4 ► CRIMES HEDIONDOS – LEI Nº 8.072/1990..... 103

1. Conceito e previsão Constitucional.....	103
2. Sistemas de classificação como crime hediondo	103
2.1. Tratamento dos crimes militares.....	106
3. Rol taxativo dos crimes hediondos.....	106
3.1. Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio e homicídio qualificado	106
3.2. Lesão corporal gravíssima e seguida de morte quando funcionais.....	109
3.3. Hipóteses hediondas do crime de roubo	110
3.4. Hipóteses hediondas do crime de extorsão.....	111
3.5. Extorsão mediante sequestro	111
3.6. Estupro.....	112
3.7. Estupro de vulnerável	112
3.8. Epidemia qualificada pelo resultado morte	113
3.9. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	113
3.10. Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	114
3.11. Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	115
3.12. Genocídio	115
3.13. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.....	116
3.14. Comércio ilegal de armas de fogo e tráfico internacional de arma de fogo.....	117
3.15. Crime de organização criminosa, quando direcionada à prática de crime hediondo ou equiparado	118
4. Crimes equiparados a hediondos.....	118
5. Vedação à concessão de anistia, graça e indulto	119
6. Liberdade Provisória e fiança	121
7. Regime de cumprimento de pena	122
8. Possibilidade de recorrer em liberdade	123
9. Prisão temporária em caso de crime hediondo ou equiparado	123
10. Presídios federais de segurança máxima	124
11. Livramento condicional	124

12. Associação criminosa para fins de praticar crimes hediondos ou equiparados.....	125
12.1. Delação premiada	126

CAPÍTULO 5 ► TORTURA – LEI Nº 9.455/1997 127

1. Previsão constitucional.....	127
2. Competência de Justiça e atribuições investigatórias.....	127
3. Bem jurídico tutelado.....	128
3.1. Teoria do Cenário da Bomba Relógio (Ticking Time Bomb Scenario Theory ou tortura para salvamento)	128
4. Crimes em espécie	129
4.1. Tortura própria	129
4.2. Tortura-castigo.....	132
4.3. Tortura imprópria (figura equiparada ou tortura pela tortura)	133
4.4. Tortura omissiva	134
5. Qualificadoras dos crimes de tortura	135
6. Causas de aumento de pena	136
7. Efeitos automáticos da condenação.....	137
8. Vedação à liberdade provisória com fiança.....	138
9. Vedação à anistia, graça e indulto	138
10. Regime inicial de cumprimento de pena.....	139
11. Extraterritorialidade incondicionada	139

CAPÍTULO 6 ► DROGAS – LEI Nº 11.343/2006..... 141

1. Introdução e Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)	141
2. Definição de “drogas” – Norma Penal em Branco	141
3. Crimes em espécie e temas correlatos	143
3.1. Porte de drogas para consumo pessoal.....	143
3.2. Tratamento especializado não compulsório.....	148
3.3. Prescrição	149
3.4. Licença prévia para a produção de drogas.....	149
3.5. Destruição imediata de plantações ilícitas e desnecessidade de prévia autorização judicial.....	149
3.6. Tráfico de drogas.....	150
3.7. Participação no uso indevido de drogas	155
3.8. Cessão gratuita e eventual de drogas para consumo compartilhado com pessoa de seu relacionamento.....	156

3.9. Causa de diminuição de pena.....	157
3.10. Tráfico de maquinário para fabricação de drogas.....	157
3.11. Associação para fins de tráfico de drogas	158
3.12. Financiamento ou custeio ao tráfico de drogas	159
3.13. Colaboração ao tráfico de drogas como informante	160
3.14. Prescrição ou ministração culposa de drogas.....	161
3.15. Condução de embarcação ou aeronave sob a influência de drogas.....	163
4. Causas de aumento de pena	164
5. Colaboração premiada.....	167
6. Individualização da pena	168
7. Fixação da pena de multa.....	169
8. Vedação à concessão de diversos benefícios	169
9. Hipóteses de inimizabilidade, semi-imizabilidade e tratamento médico	169
10. Procedimento penal	171
11. Aplicação das medidas protetivas da Lei de Proteção às Testemunhas ...	172
12. Prisão em flagrante pela autoridade de polícia judiciária	172
13. Prazo para a conclusão do inquérito policial.....	174
14. Relatório da autoridade policial	175
15. Agente Infiltrado e Ação Controlada.....	176
16. Providências a serem adotadas pelo Ministério Público após ter vista dos autos do procedimento investigatório	177
17. Notificação do acusado após o oferecimento da denúncia.....	178
18. Recebimento da peça acusatória.....	178
19. Audiência una de instrução e julgamento	179
20. Sentença	180
21. Recolhimento à prisão para apelar.....	180
22. Competência para processo e julgamento.....	181
CAPÍTULO 7 ► TERRORISMO – LEI Nº 13.260/2016	183
1. Previsão Constitucional	183
2. Terrorismo como delito equiparado a hediondo	184
3. Definição do crime de terrorismo.....	184
3.1. Especial motivo de agir.....	186
3.2. Especial fim de agir: provocar terror social ou generalizado.....	188
4. Atos de terrorismo	189

4.1. Sanção penal do crime de terrorismo	191
5. Manifestações sociais e terrorismo	191
6. Organização terrorista	192
7. Punição da preparação de terrorismo	193
7.1. Atos preparatórios de terrorismo	195
7.2. Preparação de terroristas estrangeiros	195
8. Financiamento ao terrorismo e às organizações terroristas	196
9. Causas de aumento de pena	198
10. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	198
11. Juiz natural para o processo e julgamento dos crimes de terrorismo.....	200
12. Medidas assecuratórias	202
13. Administração de bens.....	202
14. Cooperação jurisdicional internacional	203
15. Aplicação da legislação extravagante de forma complementar	203
15.1. Aplicação da Lei das Organizações Criminosas para investigação, processo e julgamento dos crimes de terrorismo	203
15.2. Aplicação da Lei dos Crimes Hediondos para os crimes de terro- rismo	204
15.3. Cabimento da prisão temporária em relação aos crimes de terro- rismo	204

CAPÍTULO 8 ► GENOCÍDIO – LEI Nº 2.889/1956 205

1. Introdução	205
2. Bem jurídico tutelado.....	205
3. Caráter hediondo do crime de Genocídio	205
4. Extraterritorialidade da Lei Brasileira	205
5. Crimes de Genocídio.....	206
5.1. Genocídio propriamente dito.....	206
5.2. Associação para fins de Genocídio	208
5.3. Incitação à prática do Genocídio.....	209
6. Causas de aumento de pena	210
7. Punição da tentativa de Genocídio	210
8. Impossibilidade de extradição.....	210

CAPÍTULO 9 ► ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826/2003 211

1. Introdução	211
1.1. Aquisição de arma de fogo	212

1.2.	Registro de arma de fogo	213
1.3.	Diferenças entre posse e porte	214
1.4.	Autorização excepcional do porte de arma de fogo.....	215
1.5.	Classificação de arma de fogo	217
2.	Bem jurídico tutelado.....	219
3.	Crimes em espécie	219
3.1.	Posse irregular de arma de fogo de uso permitido.....	219
3.1.1.	Arma de fogo desmuniada configura crime?.....	221
3.1.2.	Arma de fogo defeituosa, obsoleta e a arma de brinquedo ...	222
3.2.	Omissão de cautela	222
3.2.1.	Ausência de registro de ocorrência policial e de comunicação à polícia federal de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que esteja sob a guarda de empresa de segurança e transporte de valores	223
3.3.	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.....	224
3.4.	Disparo de arma de fogo	226
3.5.	Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.....	228
3.5.1.	Modalidades equiparadas.....	229
3.5.2.	Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.....	231
3.6.	Comércio ilegal de arma de fogo.....	232
3.7.	Tráfico internacional de arma de fogo.....	233
4.	Causas de aumento de pena	234
5.	Proibição da liberdade provisória para os crimes previstos nos artigos 16, 17 e 18.....	235
6.	Destruição das armas de fogo	235
7.	Entrega voluntária de armas de fogo regularmente adquiridas	236
8.	Presunção de boa-fé na entrega de arma de fogo e extinção da punibi- lidade.....	237
9.	Banco nacional de perfis balísticos	237

CAPÍTULO 10 ► VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – LEI Nº 11.340/2006..... 239

1.	Origem da Lei nº 11.340/06: Lei Maria da Penha	239
2.	Fundamentos Constitucional e Convencional.....	240
3.	Direitos e garantias da mulher	241
4.	Finalidades interpretativas da Lei Maria da Penha.....	241
5.	Âmbitos de configuração de violência doméstica e familiar contra a mu- lher.....	242

5.1. Sujeito ativo	244
5.2. Sujeito passivo.....	245
6. Violação dos Direitos Humanos.....	247
7. Formas de violência contra a mulher.....	248
8. Custos pagos pelo agressor	251
9. Assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	252
9.1. Prioridade de matricular os dependentes na escola mais próxima de seu domicílio	252
9.2. Prioridade à remoção quando servidora pública, manutenção do vínculo trabalhista e encaminhamento à assistência judiciária.....	253
10. Atendimento pela Autoridade Policial	254
10.1. Direitos das mulheres no atendimento policial e pericial especializado	254
10.2. Providências a serem tomadas pela autoridade policial.....	256
10.3. Laudos e prontuários médicos como meios de prova.....	258
11. Regras procedimentais.....	258
12. Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	259
13. Foro de eleição para os processos de natureza cível.....	260
14. Ação Penal	260
14.1. Possibilidade de retratação da representação.....	261
15. Proibição à aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária.....	263
16. Medidas protetivas de urgência	263
16.1. Legitimidade para requerer a decretação de medida protetiva de urgência	265
16.2. Possibilidade de aplicação de algumas medidas protetivas de urgência pela autoridade policial e, eventualmente, agente policial sem autorização judicial.....	266
16.3. Possibilidade de revogação ou substituição das medidas protetivas de urgência.....	268
16.4. Possibilidade de decretação da prisão preventiva.....	268
16.5. Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor.....	269
16.6. Medidas protetivas de urgência à ofendida	272
16.6.1. Medidas protetivas para a proteção patrimonial da ofendida	273
17. Obrigatoriedade de intimação da vítima.....	274
18. Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência	274
19. Cumulação da competência criminal e cível por Varas Criminais	277
20. Impossibilidade de aplicação da Lei dos Juizados Especiais Criminais	278

21. Dados estatísticos e acompanhamento	279
---	-----

CAPÍTULO 11 ► VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – LEI

Nº 14.344/2022	281
-----------------------------	------------

1. Introdução	281
2. Finalidades da lei	282
3. Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente	283
4. Assistência à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar	287
5. Atendimento pela autoridade policial	290
5.1. Possibilidade de aplicação de algumas medidas protetivas de urgência pela autoridade policial e, eventualmente, agente policial sem autorização judicial	291
6. Medidas protetivas de urgência e regras procedimentais de aplicação ..	292
6.1. Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor	296
6.2. Medidas protetivas de urgência à vítima	298
7. Atuação do Ministério Público	300
8. Proteção ao noticiante ou denunciante de violência doméstica e familiar	301
9. Crimes	302
9.1. Descumprimento de medida protetiva de urgência	302
9.2. Omissão de socorro diante de informação de violência doméstica e familiar contra criança ou adolescente	304

CAPÍTULO 12 ► INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI Nº 9.296/1996

1. Previsão constitucional	307
2. Definição de interceptação telefônica	308
3. Finalidade da interceptação telefônica	309
3.1. Observação do contraditório e da ampla defesa de forma postergada	310
4. Requisitos e hipóteses de cabimento da Interceptação Telefônica	311
5. Sigilo profissional do advogado	314
6. Encontro fortuito de provas (serendipidade) por meio da interceptação telefônica	315
7. Decretação da Interceptação Telefônica pelo juiz de ofício	316
8. Procedimento cabível	317
8.1. Necessidade de fundamentação da decisão judicial	318
8.2. Prazo de duração da interceptação telefônica	319

8.3.	Execução da interceptação telefônica	320
8.4.	Segredo de justiça e possibilidade de impugnação da defesa	320
9.	Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	321
10.	Incidente de inutilização da gravação sem interesse ao processo.....	324
11.	Crimes em espécie	325
11.1.	Interceptação telefônica ilegal.....	325
11.2.	Captação ambiental ilegal.....	327

CAPÍTULO 13 ► ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E JUÍZOS COLEGIADOS – LEIS Nº 12.850/2013 E 12.694/2012..... 329

1.	Considerações iniciais	329
2.	Revogação tácita de parte da Lei nº 12.694/12.....	330
3.	Definição de organização criminosa e alcance da Lei nº 12.850/13	330
4.	Crime de organização criminosa.....	332
4.1.	Crime organizado por natureza	332
4.2.	Obstrução ou embaraço de investigação de infração penal envolvendo organização criminosa	333
4.3.	Causas de aumento de pena e agravante.....	335
4.4.	Afastamento cautelar de servidor público de suas funções.....	336
4.5.	Efeitos da condenação	336
4.6.	Investigação de policiais envolvidos com organizações criminosas....	337
4.7.	Início do cumprimento da pena para as lideranças de organizações criminosas armadas	338
4.8.	Vedação de benefícios aos condenados por integrar organização criminosa ou pela prática de crime por meio de organização criminosa quando mantido o vínculo associativo	339
5.	Investigação e meios de obtenção de prova	339
6.	Colaboração premiada.....	340
6.1.	Conceito e natureza jurídica	340
6.2.	Proposta e formalização do acordo de colaboração premiada.....	341
6.3.	Prêmios, condições e procedimento.....	343
6.4.	Direitos do colaborador	349
6.5.	Termo de acordo de colaboração premiada.....	351
6.6.	Tramitação do pedido de homologação do acordo em sigilo	352
7.	Ação controlada.....	353
7.1.	Desnecessidade de autorização judicial prévia	354
7.2.	Ação controlada e o crime organizado transnacional.....	355
8.	Infiltração de agentes	355
8.1.	Requisitos para a infiltração	356

8.2.	Duração da infiltração	357
8.3.	Infiltração policial virtual (eletrônica ou cibernética)	358
8.4.	Procedimento cabível para o pedido de infiltração	359
8.5.	Segredo de justiça	361
8.6.	Responsabilidade penal do agente infiltrado	362
8.7.	Direitos e proteção do agente infiltrado	363
9.	Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações	363
10.	Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova	364
10.1.	Revelação de identidade do colaborador	365
10.2.	Colaboração caluniosa e fraudulenta	366
10.3.	Violação de sigilo das investigações relativas à ação controlada e infiltração de agentes	367
10.4.	Sonegação de informações requisitadas	368
11.	Procedimento cabível	369
12.	Sigilo das investigações	370
13.	Lei nº 12.694/2012: Juízos Colegiados para o processo e julgamento de delitos cometidos por organizações criminosas	371

CAPÍTULO 14 ► LAVAGEM DE CAPITAIS – LEI Nº 9.613/1998 373

1.	Definição e fases da lavagem de capitais	373
2.	Crime de lavagem de capitais	374
2.1.	Teoria da cegueira deliberada (ou instruções da avestruz)	379
2.2.	Modalidade equiparada: conversão, transferência, aquisição, posse, importação e exportação	381
2.3.	Modalidade equiparada: utilização de produto de lavagem em atividade econômica ou financeira	382
2.4.	Causa de aumento de pena	384
2.5.	Colaboração premiada	385
2.6.	Ação controlada e infiltração de agentes com objetivo de apurar crimes de lavagem de capitais	386
3.	Procedimento cabível	387
3.1.	Procedimento comum ordinário	387
3.2.	Autonomia relativa do processo	387
3.3.	Competência e procedimento	388
3.4.	Medidas assecuratórias	390
3.5.	Alienação antecipada	391
3.6.	Administração de bens	393
4.	Efeitos da condenação	394

5. Bens, direitos ou valores provenientes de crimes praticados no estrangeiro..... 395
6. Dispositivos de natureza extrapenal e mecanismos de controle e prevenção 396

CAPÍTULO 15 ► CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO – LEI Nº 8.137/1990..... 403

1. Crimes contra a ordem tributária 403
 - 1.1. Noções introdutórias 403
 - 1.2. Bem jurídico tutelado e princípio da insignificância 404
 - 1.3. Crimes praticados por particulares contra a ordem tributária 405
 - 1.3.1. Supressão ou redução de tributo, contribuição social e qualquer acessório 406
 - 1.3.2. Crimes de igual natureza..... 410
 - 1.4. Crimes praticados por funcionários públicos contra a ordem tributária..... 412
2. Crimes contra a ordem econômica..... 417
3. Crimes contra as relações de consumo..... 419
4. Multa nos crimes contra a ordem tributária 424
5. Disposições gerais 426

CAPÍTULO 16 ► PRISÃO TEMPORÁRIA – LEI Nº 7.960/1989 429

1. Natureza jurídica e definição de prisão temporária..... 429
2. Requisitos para a decretação da prisão temporária 430
3. Procedimento cabível..... 435
4. Prazo de duração da prisão temporária..... 437
5. Direito do preso temporário de ser separado dos demais 439
6. Plantão permanente do Poder Judiciário e do Ministério Público..... 440

CAPÍTULO 17 ► INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO DELEGADO DE POLÍCIA – LEI Nº 12.830/2013 441

1. Origem e finalidade da Lei nº 12.830/2013 441
2. Funções de polícia: administrativa, judiciária e investigativa..... 441
3. Natureza jurídica das funções de polícia investigativa e judiciária..... 442
4. Autoridade condutora do inquérito policial..... 443
5. Limitações à avocação ou redistribuição de investigações policiais..... 444
6. Exigência de fundamentação para a remoção do Delegado 444
7. Indiciamento 445

8. Tratamento protocolar dispensado aos Delegados de Polícia.....	446
---	-----

CAPÍTULO 18 ► IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – LEI Nº 12.037/2009..... 447

1. Definição e previsão constitucional	447
2. Documentos que atestam a identificação civil e hipóteses que autorizam a identificação criminal	447
3. Espécies de identificação criminal	451
4. Possibilidade de retirada da identificação dos autos do processo	453
5. Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais	453

CAPÍTULO 19 ► CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503/1997 455

1. Aplicação subsidiária do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei nº 9.099/1995	455
2. Suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor como sanção penal.....	457
3. Medida cautelar de suspensão do direito de dirigir ou proibição para obtê-la e sanção ao reincidente específico.....	458
4. Multa reparatória	459
5. Circunstâncias agravantes cabíveis sobre os crimes de trânsito.....	461
6. Impossibilidade da prisão em flagrante àquele que prestar pronto e integral socorro à vítima	464
7. Crimes em espécie	465
7.1. Homicídio culposo na direção de veículo automotor.....	465
7.2. Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor	470
7.3. Omissão de socorro em caso de acidente de trânsito	473
7.4. Fuga de local de acidente	476
7.5. Embriaguez ao volante	478
7.6. Violação de suspensão ou proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor.....	482
7.7. Participação em competição, exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor não autorizada	483
7.8. Direção de veículo automotor sem habilitação.....	487
7.9. Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor à pessoa não habilitada ou sem condições de conduzi-lo	488
7.10. Direção perigosa em determinados lugares.....	490
7.11. Fraude processual em acidente automobilístico com vítima	491
8. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ...	493

CAPÍTULO 20 ► CRIMES PREVISTOS NO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741/2003.. 495

1. Definição jurídica de pessoa idosa.....	495
2. Procedimento cabível aos crimes contra pessoa idosa.....	495
3. Crimes em espécie	498
3.1. Discriminação de pessoa idosa por motivo de idade.....	498
3.2. Omissão de socorro.....	501
3.3. Abandono de pessoa idosa.....	503
3.4. Maus-tratos à pessoa idosa	505
3.5. Outros delitos contra pessoa idosa	507
3.6. Desobediência de ordem legal proferida em ação envolvendo pessoa idosa.....	510
3.7. Apropriação Indébita contra pessoa idosa	511
3.8. Recusa de acolhimento ou permanência de pessoa idosa.....	512
3.9. Retenção indevida de cartão magnético ou outro documento.....	513
3.10. Exibição ou veiculação de dados depreciativos ou injuriosos da pessoa idosa.....	514
3.11. Induzimento de pessoa idosa a outorgar procuração.....	515
3.12. Coação de pessoa idosa	516
3.13. Lavratura do ato notarial sem representação legal de pessoa idosa	517
3.14. Impedimento ou embaraço a ato dos órgãos fiscalizadores.....	518

CAPÍTULO 21 ► JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS – LEI Nº 9.099/1995 521

1. Previsão constitucional.....	521
2. Composição do Juizado Especial Criminal	521
3. Definição de infração penal de menor potencial ofensivo.....	522
4. Princípios norteadores e finalidades dos Juizados Especiais Criminais	524
5. Competência territorial	525
6. Publicidade e validade dos atos processuais	526
7. Citação do acusado, intimações e notificações nos Juizados	527
8. Fase preliminar dos Juizados Especiais Criminais	529
8.1. Termo Circunstanciado de Ocorrência.....	529
8.2. Audiência preliminar	531
8.2.1. Composição dos danos civis.....	531
8.2.2. Transação penal.....	533
9. Procedimento comum sumaríssimo	537
9.1. Audiência de instrução e julgamento.....	539

9.2. Suspensão Condicional do Processo.....	541
9.3. Sistema recursal dos Juizados Especiais Criminais.....	545
10. Fase de execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	547
11. Síntese das etapas da fase preliminar e procedimento comum sumarís- simo	548
12. Despesas processuais	548
13. Representação nos delitos de lesões corporais leves e culposas	549
14. Casos de inaplicabilidade da Lei nº 9.099/95.....	550
CAPÍTULO 22 ► TELECOMUNICAÇÕES – LEI Nº 9.472/1997	551
1. Noções introdutórias.....	551
2. Crime de desenvolvimento clandestino de atividades de telecomunica- ção	551
3. Efeitos da condenação	553
4. Ação penal cabível	554
CAPÍTULO 23 ► CRIMES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO – LEI Nº 7.716/1989	555
1. Noções introdutórias e fundamento constitucional.....	555
2. Abrangência e características dos crimes previstos na Lei nº 7.716/1989	557
2.1. Discriminação e preconceito	557
2.2. Raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.....	557
2.3. Homotransfobia	558
2.4. Características gerais dos crimes de racismo	561
3. Crimes em espécie	562
3.1. Crime de injúria racial.....	563
3.2. Crimes de discriminação no trabalho	564
3.3. Crime de discriminação na educação	570
3.4. Crimes de discriminação no comércio	571
3.5. Crimes de discriminação na vida social.....	573
3.6. Crimes de discriminação genérica	575
3.7. Crime de propaganda nazista	578
4. Efeitos da condenação	580
5. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA, INTERPRETAÇÃO DA LEI E ASSISTÊNCIA TÉCNICA OBRIGATÓRIA ÀS VÍTIMAS.....	580
CAPÍTULO 24 ► CRIMES AMBIENTAIS – LEI Nº 9.605/1998	583
1. Noções introdutórias.....	583
2. Sujeitos dos crimes ambientais.....	584

2.1.	Pessoa jurídica como sujeito ativo dos crimes ambientais.....	584
2.2.	Desconsideração da personalidade jurídica	589
3.	Aplicação da pena	589
3.1.	Penas restritivas de direitos para pessoa física e penas para pessoa jurídica	590
3.2.	Circunstâncias atenuantes da pena	594
3.3.	Circunstâncias agravantes da pena	594
4.	Medidas cautelares específicas cabíveis	596
5.	Regras processuais específicas	597
6.	Crimes contra o meio ambiente	598
6.1.	Crimes contra a Fauna.....	599
6.1.1.	Excludentes especiais de ilicitude.....	610
6.2.	Crimes contra a Flora	611
6.2.1.	Causas de aumento de pena.....	626
6.3.	Crimes de poluição e outros crimes ambientais	626
6.3.1.	Causas de aumento de pena.....	634
6.4.	Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural	634
6.5.	Crimes contra a Administração Ambiental.....	640
7.	Infrações administrativas e cooperação internacional para a preservação do meio ambiente	646
8.	Aplicação subsidiária do Código Penal e do Código de Processo Penal ...	649

CAPÍTULO 25 ► CRIMES PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº

8.069/1990.....	651
1. Noções introdutórias.....	651
2. Aspectos penais e processuais penais.....	652
3. Crimes em espécie.....	655
3.1. Ausência de registro ou fornecimento ou declaração de nascimen- to.....	655
3.2. Ausência de identificação correta de neonato e parturiente.....	657
3.3. Privação ilegal da liberdade de criança ou adolescente.....	658
3.4. Ausência de comunicação imediata ao juiz competente e à família da criança ou adolescente apreendido.....	659
3.5. Vexame ou constrangimento de criança ou adolescente.....	661
3.6. Deixar de ordenar imediata liberação de menor em apreensão ilegal.....	662
3.7. Descumprimento injustificado de prazo prejudicando menor apreendido.....	663

3.8.	Impedimento ou embaraço de ação do juiz, Conselheiro Tutelar ou membro do Ministério Público no exercício de função prevista no ECA	665
3.9.	Subtração de menor para a colocação em lar substitutivo	666
3.10.	Promessa ou entrega de filho ou pupilo a terceiro mediante paga ou recompensa	667
3.11.	Promoção ou auxílio no envio de menor para o exterior ilegalmente ou com finalidade lucrativa.....	668
3.12.	Produção ou participação direta de registro de cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança ou adolescente	670
3.13.	Comércio de qualquer registro com cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo menor	672
3.14.	Colocar em circulação qualquer registro de cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente	673
3.15.	Aquisição, posse ou armazenamento de qualquer registro com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente	675
3.16.	Simulação de participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica	677
3.17.	Aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento de criança visando praticar com ela ato libidinoso	679
3.18.	Comercialização de arma, munição ou explosivo à criança ou adolescente.....	681
3.19.	Comercialização de bebida alcoólica ou substâncias que causam dependência à criança ou adolescente.....	682
3.20.	Comercialização de fogos de estampido ou de artifício à criança ou adolescente	683
3.21.	Submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.....	684
3.22.	Corrupção de menores para a prática de infração penal	685
CAPÍTULO 26 ► CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737/1965.....		689
1.	Noções introdutórias.....	689
2.	Aspectos penais e processuais penais relativos aos crimes eleitorais.....	690
2.1.	Conceito de funcionário público para fins penais eleitorais	690
2.2.	Penas mínimas padronizadas em caso de omissão legislativa.....	691
2.3.	Causas de aumento e diminuição de pena	691
2.4.	Pena de multa.....	692
2.5.	Crimes eleitorais praticados por meio da imprensa	692
2.6.	Ação penal e denúncia.....	693

2.7.	Competência para processo e julgamento dos crimes eleitorais...	694
2.8.	Rito processual	694
3.	Crimes eleitorais.....	695
3.1.	Crimes contra a regularidade dos serviços administrativos da Justiça Eleitoral.....	695
3.2.	Crimes contra a regularidade dos trabalhos eleitorais	701
3.3.	Crimes contra o livre exercício do voto.....	704
3.4.	Crime contra o segredo do voto.....	712
3.5.	Crimes contra a veracidade e liberdade das propagandas políticas e eleitorais.....	713
3.6.	Crimes eleitorais contra a honra	718
3.7.	Crime contra a obrigatoriedade da ação penal eleitoral	725
3.8.	Crimes eleitorais complexos	726
3.9.	Crime eleitoral contra bens, recursos ou valores destinados ao financiamento eleitoral	732
	Peculato eleitoral ou apropriação indébita eleitoral.....	732

CAPÍTULO 27 ► CRIMES CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146/2015 733

1.	Noções introdutórias	733
2.	Sujeito passivo: definição de pessoa com deficiência	734
3.	Crimes contra a pessoa com deficiência	735
3.1.	Discriminação contra pessoa com deficiência	736
3.2.	Apropriação ou desvio de bens ou qualquer rendimento de pessoa com deficiência	738
3.3.	Abandono de pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigo ou congêneres.....	740
3.4.	Retenção ou uso de cartão ou qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência para recebimento de benefícios.....	742

CAPÍTULO 28 ► CRIMES NA LEI DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS, TECIDOS E PARTES DO CORPO HUMANO – LEI Nº 9.434/1997 745

1.	Noções introdutórias	745
2.	Crimes em espécie	745
2.1.	Remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver	746
2.2.	Compra e venda de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano... ..	751
2.3.	Transplante ou enxerto com tecidos, órgãos ou partes do corpo humano obtidos ilegalmente.....	752

2.4.	Circulação de partes do corpo humano obtidas ilegalmente	753
2.5.	Realização de transplante ou enxerto de forma ilegal.....	754
2.6.	Omissão na recomposição de cadáver	755
2.7.	Publicação de anúncio ou apelo público contrários aos fins humanitários e sociais do transplante de órgãos, tecidos ou parte do corpo humano	756
CAPÍTULO 29 ► CRIMES PRATICADOS POR PREFEITOS – DECRETO-LEI Nº 201/1967		759
1.	Noções introdutórias	759
2.	Crimes de responsabilidade dos Prefeitos	760
3.	Aspectos penais e processuais penais	778
3.1.	Efeitos da condenação	778
3.2.	Procedimento cabível	779
4.	Disposições relativas às infrações político-administrativas, processo de cassação e hipóteses de extinção do mandato de Prefeito.....	780
CAPÍTULO 30 ► CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL – LEI Nº 4.729/1965		783
1.	Noções introdutórias	783
2.	Crime de Sonegação Fiscal	783
3.	Aspectos penais e processuais penais	787
CAPÍTULO 31 ► CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA – LEI Nº 8.176/1991		789
1.	Noções introdutórias.....	789
2.	Crimes em espécie	789
2.1.	Crimes contra a ordem econômica	789
2.2.	Crime contra o patrimônio da União	792
CAPÍTULO 32 ► CRIMES NA LEI DE FALÊNCIA – LEI Nº 11.101/2005.....		795
1.	Noções introdutórias	795
2.	Crimes falimentares.....	795
2.1.	Fraude a credores	795
2.2.	Violação de sigilo empresarial.....	799
2.3.	Divulgação de informações falsas.....	800
2.4.	Indução a erro.....	801
2.5.	Favorecimento de credores	802
2.6.	Desvio, ocultação ou apropriação de bens	803
2.7.	Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens	804
2.8.	Habilitação ilegal de crédito	805

2.9.	Exercício ilegal de atividade	806
2.10.	Violação de impedimento	808
2.11.	Omissão dos documentos contábeis obrigatórios	809
3.	Aspectos penais e processuais penais	811
3.1.	Aspectos penais	811
3.2.	Aspectos processuais penais	812

CAPÍTULO 33 ► CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – LEI Nº 7.492/1986.... 815

1.	Noções introdutórias	815
2.	Conceito de instituição financeira para fins penais	815
3.	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional em espécie	817
3.1.	Crimes relativos aos valores mobiliários	817
3.2.	Crimes contra as operações e fiscalização das instituições financeiras	822
3.3.	Crimes contra ilicitudes em procedimentos de intervenção, liquidação extrajudicial e falência	837
3.4.	Crimes contra ilicitudes em operações de câmbio	842
4.	Aspectos penais e processuais penais	845
4.1.	Responsabilidade pela atuação em nome de terceiro	845
4.2.	Colaboração premiada	845
4.3.	Ação penal, competência e procedimento	846
4.4.	Fixação da pena de multa	848

CAPÍTULO 34 ► CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078/1990..... 849

1.	Noções introdutórias	849
2.	Crimes contra as relações de consumo	850
2.1.	Crimes sobre nocividade e periculosidade de produtos e serviços	851
2.2.	Crimes sobre publicidade e informações apresentadas pelo fornecedor ao consumidor	858
2.3.	Crimes sobre informações mantidas em cadastros, fichas, bancos de dados e registros sobre consumidores	864
2.4.	Crimes sobre temas diversos relativos às relações consumeristas	867
3.	Aspectos penais e processuais penais	870

CAPÍTULO 35 ► CONTRAVENÇÕES PENAIS – DECRETO-LEI Nº 3.688/1947 875

1.	Introdução	875
1.1.	Diferenças entre crime e contravenção penal	876

2.	Parte geral	878
3.	Parte especial	884
3.1.	Contravenções referentes à pessoa	885
3.1.1.	Fabrico, comércio ou detenção de armas ou munição	885
3.1.2.	Porte de arma	887
3.1.3.	Anúncio de meio abortivo	889
3.1.4.	Vias de fato	889
3.1.5.	Internação irregular em estabelecimento psiquiátrico	890
3.1.6.	Indevida custódia de doente mental	892
3.2.	Contravenções referentes ao patrimônio	893
3.2.1.	Instrumento de emprego usual na prática de furto	893
3.2.2.	Violação de lugar ou objeto	894
3.3.	Contravenções referentes à incolumidade pública	895
3.3.1.	Disparo de arma de fogo, deflagração perigosa, queima de fogo de artifício e soltar balão aceso	895
3.3.2.	Desabamento de construção	896
3.3.3.	Perigo de desabamento	897
3.3.4.	Omissão de cautela na guarda ou condução de animais	898
3.3.5.	Falta de habilitação para dirigir	899
3.3.6.	Direção não licenciada de aeronave	900
3.3.7.	Abuso na prática da aviação	901
3.3.8.	Sinais de perigo	902
3.3.9.	Arremesso ou colocação perigosa	904
3.3.10.	Emissão de fumaça, vapor ou gás	904
3.4.	Contravenções referentes à paz pública	905
3.4.1.	Provocação de tumulto	905
3.4.2.	Falso alarma	906
3.4.3.	Perturbação do trabalho ou do sossego alheios	907
3.5.	Contravenções referentes à fé pública	908
3.5.1.	Recusa de moeda de curso legal	909
3.5.2.	Imitação de moeda para propaganda	909
3.5.3.	Simulação da qualidade de funcionário	910
3.5.4.	Uso ilegítimo de uniforme ou distintivo	912
3.6.	Contravenções relativas à organização do trabalho	912
3.6.1.	Exercício ilegal de profissão ou atividade	912
3.6.2.	Exercício ilegal do comércio de coisas antigas e obras de arte	913

3.6.3. Matrícula ou escrituração de indústria e profissão	914
3.7. Contravenções relativas à polícia de costumes	915
3.7.1. Jogos de azar	915
3.7.2. Vadiagem	917
3.7.3. Embriaguez.....	918
3.7.4. Bebidas alcoólicas	919
3.8. Contravenções referentes à Administração Pública	921
3.8.1. Deixar de comunicar crime à autoridade competente.....	921
3.8.2. Inumação ou exumação de cadáver	922
3.8.3. Recusa de dados sobre a própria identidade ou qualificação.....	923
BIBLIOGRAFIA.....	925